

**CUSTODIALISMO: UM FENÔMENO SOCIAL DA INFORMAÇÃO<sup>1</sup>**

***CUSTODIALISM: A SOCIAL PHENOMENON OF INFORMATION***

***Wilma Bispo de Andrade***  
***Mestranda em Ciência da Informação - UFPE***  
***88wilma@gmail.com***

***Marcos Galindo Lima***  
***Doutor em História - Leiden University***  
***Professor do Departamento de Ciência da Informação e do PPG em Ciência da Informação - UFPE***  
***galyndo@gmail.com***

**Recebido em: 13/08/2019**

**Aceito em: 12/11/2019**

**Resumo**

Apresenta pesquisa em andamento, cujo objetivo é qualificar o conjunto do fenômeno social da custódia informacional que se desenvolve no entorno da realidade social. Aborda criticamente a dimensão da custódia informacional, levando em consideração alguns eixos interpretativos para elucidar a construção do pensamento contemporâneo e suas alternativas explicativas da realidade. Nesse ambiente, nosso objeto de estudo é o fenômeno social da custódia informacional, considerando seu contexto histórico em ambientes formais e naturais de guarda memorial. A metodologia empregada para a construção da pesquisa se define como análise textual e interpretação discursiva e permite projetar formas de análise de novos fenômenos da realidade da disciplina Ciência da Informação. A investigação optou pela pesquisa qualitativa e exploratória, apoiada em um referencial teórico capaz de descrever o conjunto do fenômeno social que se desenvolve no entorno da realidade de guarda e custódia da memória. Buscando através da observação dos fenômenos e das relações existentes entre os fenômenos observados, descobertas que serão postas em classificações, possibilitando elaborar generalizações que confirmem os resultados esperados, de entender como a ciência da informação vem percebendo a influência do fenômeno social da custódia sobre o conhecimento custodiado.

Palavras-chave: Memória. Custodia informacional. Curiosidade. Conhecimento. Fenômeno social da informação.

**Abstract**

*It presents research in progress, whose objective is to qualify the whole of the social phenomenon of informational custody that develops around the social reality. It critically addresses the date of reporting, taking into account some interpretative elements to elucidate a construction of current thinking and its explanatory alternatives to reality. This environment, their object the study and the social memory guardian information, including their historical context in environments for natural and environmental memorial. The methodology used for its construction is to define textual analysis and discursive interpretation and allows to design forms of analysis of new phenomena of the reality of science. The research opted for qualitative and exploratory research, supported by a theoretical framework capable of describing the set of social phenomena that develop in the context of the reality of custody and memory custody. Searching through the notebook and the instructions existing among the observed phenomena, the discoveries that are put in classifications, making it possible to elaborate generalizations that confirm the obtained results,*

---

<sup>1</sup> Pesquisa em andamento no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE).

*to understand as an information science, the influence of the social phenomenon of custody on knowledge. in custody.*

*Keywords: Memory. Informational custody. Curiosity Knowledge. Social phenomenon of information.*

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho evoluiu de um conjunto de reflexões resultantes de outra pesquisa: A questão indígena em Pernambuco no Século XIX: terra, trabalho e cultura, aprovada em 2014 pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Esta pesquisa teve, entre seus desmembramentos, um relatório intitulado “Experiência e cultura dos trabalhadores de Pernambuco entre 1831 e 1889”, dirigido às investigações das fontes documentais do século XIX levantadas pelo historiador John Monteiro, disponíveis para consulta nos acervos do Recife. Na ocasião, houve a tentativa em acessar determinados fundos documentais no arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE), na Biblioteca Pública do estado de Pernambuco e no Instituto arqueológico, Histórico e geográfico de Pernambuco, quando percebemos que o patrimônio custodiado por estas instituições memorialísticas atravessa, não raras vezes, muitos entraves até seu acesso.

O conjunto dessas iniciativas, realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Estudos Transdisciplinares em História Social da UNICAP”, deu visão clara do problema da organização, preservação e acesso às fontes históricas custodiadas pelas instituições de memória de Pernambuco, acervos de interesse científico e cultural que ainda estão, em sua maioria, registrados em papel e limitados a um espaço físico específico.

Compreendemos que o campo de estudo da Ciência da Informação é o fluxo informacional (coleta, processamento, organização e acesso da informação) (CAPURRO, 2003; LE COADIC, 2004; MALHEIRO, 2006), acontece, que em alguns momentos esse fluxo não é, por razões diversas, concretizado, o acesso não é realizado.

Como fenômeno humano e social, a informação tem a capacidade de promover a conexão do homem com a memória de seu passado e também com suas expectativas futuras. Sendo assim, aborda-se como raciocínio nesta pesquisa, a concepção da informação, como instrumento capaz de mediar à reflexão histórica de uma sociedade (RIBEIRO, 2012)

Considerando a informação como mediadora dos processos de apreensão da realidade e das relações sociais, Barreto (1994, 2002) procura estudá-la como estrutura significativa, no sentido de direcioná-la ao seu propósito de produtora de conhecimento de uma sociedade. O autor afirma que a informação tem se desenvolvido a margem das revoluções e do crescimento industrial, e que essa crescente produção de informação precisa ser armazenada e transmitida de forma eficaz.

Pensando desta maneira, a memória pode ser definida como um valioso recurso capaz de salvaguardar o passado e contribuir para a construção do presente e do futuro. Chapouthier (2005, p.9) a define em dois sentidos, no sentido estrito, “[...] memória é a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento.” Em uma concepção mais ampla, o autor afirma que a memória é, também, “[...] todo traço deixado no mundo ou nos componentes deste por um determinado evento”.

Segundo Ribeiro (2006, p.1)

A memória é algo que se distingue do presente, mas, ao mesmo tempo, o compõe; é soma das características de testemunho dos feitos humanos que, quando conhecemos, ligamos àqueles que viveram antes de nós e aí construímos uma ideia de permanência, independente de limites geográficos. Preservar é mais do que guardar; é cuidar, é atribuir valor, é tornar acessível à sociedade um mundo de conhecimento e informação, de forma que ela possa usufruir desses benefícios.

Assim, a memória é caracterizada como recurso social e econômico, que não diz respeito ao passado, mas utiliza a salvaguarda do passado para a construção do presente, possibilitando desenvolvimento, avanço e poder a uma sociedade.

Nesse contexto surge a intenção de abordar criticamente a dimensão da custódia informacional, levando em consideração alguns eixos interpretativos para elucidar a construção do pensamento contemporâneo e suas alternativas explicativas da realidade.

Diante do exposto, a questão é: Qual é a conduta cultural que envolve os operadores e os processos de apreensão do conhecimento? Esse estudo investiga o fenômeno que está por trás dos fluxos de informação memorial. Para isto, discutimos sobre a dimensão da custódia informacional a fim de expor a complexidade entre o fenômeno e uma conduta cultural que envolve um comportamento social curioso e ao mesmo tempo interditor<sup>2</sup>, questionando seus desdobramentos sob a perspectiva da Ciência da Informação.

Nesse ambiente, nosso objeto de estudo é o fenômeno social da custódia informacional, considerando seu contexto histórico em ambientes formais e naturais de guarda memorial. A pesquisa tem por objetivo geral qualificar o conjunto do fenômeno social da custódia informacional que se desenvolve no entorno da realidade social; por objetivos específicos o estudo visa:

Identificar e compreender, os processos e os operadores causadores deste fenômeno a fim de entender sua expressão; e qualificar o conjunto de fenômenos sociais que ancorados em práticas custodialistas contribuem para a permanência dessa realidade de gestão memorial;

A metodologia empregada para a construção desta dissertação se define como análise textual e interpretação discursiva e permite projetar formas de análise de novos fenômenos da realidade da disciplina Ciência da Informação. A investigação optou pela pesquisa qualitativa e exploratória, apoiada em um referencial teórico capaz de descrever o conjunto do fenômeno social que se desenvolve no entorno da realidade de guarda e custódia da memória. Este tipo de pesquisa tem como característica principal a ambientação do pesquisador com um objeto pouco explorado.

A fenomenologia, como doutrina filosófica, foi escolhida para ser empregada como fundamento para a pesquisa por permitir uma abordagem da constituição e construção dos fenômenos do mundo vivido, um conceito de valor fundamentalmente útil para se apreciar os contextos a serem estudados.

Para uma melhor compreensão dos aspectos envolvidos nesta dissertação, dividimos sua escrita em seções, conforme se apresenta a seguir. As primeiras seções apresentam, de forma teórica, o objeto da pesquisa. Em seguida expõem o caminho e a técnica metodológica utilizada na pesquisa, assim como os seus resultados qualitativos. Por fim, a seção seis conclui este trabalho apresentando considerações finais.

A primeira seção, intitulada “Memória e o Registro Social” estudou as definições e conceitos de informação e memória aplicadas às demandas da Ciência da Informação. Este viés irá permear o trabalho. Esta fase do trabalho se apropria das teorias desenvolvidas por Izquierdo (1989), Pollak (1992), Maurice Halbwachs (1990) e McGarry (1999) para explicar as concepções de memória e sua relação com os conceitos de patrimônio e identidade. Alguns conceitos serão de grande importância para a compreensão do texto. Pautamos nossa reflexão no raciocínio de Wersig (1993), o qual denomina “interconceitos” como a prática de construção teórica a partir da interligação de conceitos comuns. Estes conceitos vindos de outros campos do saber são reestruturados, tecendo, dessa forma, uma rede conceitual. Para construir uma trajetória capaz de responder os questionamentos da pesquisa, ainda nesta seção trabalhamos com os conceitos de: informação, memória, conhecimento, patrimônio e identidade.

Em seguida, na segunda seção, intitulada “Custodialismo: um fenômeno social da informação”, abordamos os conceitos e definições sobre custódia informacional, além das práticas de sobrevalorização da guarda e conservação da memória. Também é abordado definições para o paradigma custodial e o entendimento das práticas custodialistas como fenômeno social.

---

<sup>2</sup> Interdutor: Pessoa, instrumento (objeto, termo, documento) que cometeu interdição. (*agente fiscalizador*). (INTERDITOR, 2019)

Na seção "Metodologia", apresenta-se a metodologia utilizada nesta pesquisa, assim como as estratégias utilizadas para o desenvolvimento da fundamentação teórico-metodológica que norteou a pesquisa e a fase de coleta de dados. Nessa seção estão apresentados os desenhos da pesquisa e das fontes e instrumentos utilizados.

## **2 MEMÓRIA E O REGISTRO SOCIAL**

De um ponto de vista prático, a memória dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação conquistada através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se aprendizado. As experiências são aqueles pontos intangíveis que chamamos presente, define Izquierdo (1989). "Nada há no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos" (MARSHALL, 1988, p. 378)..

Corroborando com as definições de Izquierdo (1989), Marchall (1988), que dão atuação prática à memória pelo viés das experiências capturadas, Pollak (1992), leva em consideração expressões, utilizadas frequentemente na história da França, e reflete sobre algumas designações atribuídas em determinados períodos que aludem diretamente a fatos de memória. Estuda as expressões "anos sombrios"<sup>3</sup>, para designar a época de Vichy, e "trinta gloriosos"<sup>4</sup>, que remete aos trinta anos posteriores a 1945, e constata que esses termos remetem mais a noções de memória, do que à atuação positivista subjacente a tais percepções, destacando a memória como um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa.

Para entender a formação de memórias a partir de experiências, é preciso considerar quatro aspectos fundamentais, revela Izquierdo (1989):

- 1) Recebemos informações constantemente, através de nossos sentidos; mas não memorizamos todas. Por ex., depois de ver um filme, lembramos algumas cenas; pode ser, até, muitas; mas não todas. Depois de ouvir uma aula, lembramos alguns conceitos; frases inteiras, talvez; mas não todos os conceitos nem todas as frases. Há, portanto, um processo de seleção prévio à formação de memórias, que determina quais informações serão armazenadas e quais não.
- 2) As memórias não são gravadas na sua forma definitiva, e são muito mais sensíveis à facilitação ou inibição logo após sua aquisição que em qualquer outro período posterior. Uma memória recente é muito mais suscetível ao efeito facilitador de certas drogas ou ao efeito amnésico de um traumatismo craniano que uma memória antiga (McGAUGH, 1988, p. 33-64). Isto indica que existe um processo de consolidação depois da aquisição (MÜLLER e PILZECKER, 1900, p. 1-288), pelo qual as memórias passam de um estado lábil a um estado estável.
- 3) As memórias são também muito mais sensíveis à incorporação de informação adicional nos primeiros minutos ou horas após a aquisição. Essa informação pode ser acrescentada, tanto por substâncias endógenas liberadas pela própria experiência — bendorfina, adrenalina, etc. — (IZQUIERDO, 1984, p. 65-77; IZQUIERDO, 1989), como por outras experiências que deixam memórias (LOFTUS e YUILLE, 1984; CAHILL et al., 1986; IZQUIERDO et al., 1988a,b; IZQUIERDO, 1989).
- 4) As memórias não consistem em itens isolados, senão em registros ("files") mais ou menos complexos. Não lembramos cada letra de cada palavra isoladamente; senão frases inteiras. Não lembramos cada cor ou cada odor

<sup>3</sup> Visto por muitos como um parêntese na história francesa do século XX o regime Vichy marca um trauma na história do país e uma profunda crise na identidade nacional. O fim das referências política da maioria dos franceses e o medo do caos concorre para que se confie o governo à esperança de um retorno à normalidade (AZÉMA e WIEVIORKA, 1998; PAXTON 1971; BURRIN 1995 apud SILVA 2007, p.79). No período que compreende junho de 1940 e agosto de 1944 a França símbolo dos ideais republicano "liberdade, igualdade e fraternidade" é derrotada pelas tropas do III Reich, e neste momento sua história será marcada por um governo anti-republicano conhecido como Regime Vichy, instaurado face à ofensiva alemã e a ocupação da capital.

<sup>4</sup> Na Europa do século 20 assistimos à edificação do Estado-providência ao longo dos "trinta gloriosos anos", que constituiu até agora a mais interessante experiência de bem-estar social da modernidade ocidental (ESTANQUE. 2012).

percebido ontem como tais, senão como detalhes de "files" ou registros mais ou menos longos (o conjunto de eventos da hora do almoço; ou da tarde; ou do início da noite).

A formação ou não de uma memória depois de um determinado evento ou experiência, sua resistência à extinção, à interferência e ao esquecimento, depende destes quatro fatores: seleção, consolidação, incorporação de mais informação, formação de registros ou "files".

Izquierdo acrescenta ainda, que o armazenamento dos dados obtidos a partir da aquisição de habilidades se dá por meio da repetição de uma atividade que segue um mesmo padrão. A persistência das memórias procedimentais é intensa, capaz de durar por décadas (IZQUIERDO et al, 2013). Izquierdo (1989) também afirma, sabermos muito sobre a modulação das memórias durante e depois de sua aquisição e na hora da evocação; mas não compreendemos de que estão feitas as memórias, se é que estão feitas de alguma coisa.

Comparando as memórias com as luzes das estrelas, Castellano (1987) destaca o brilho as estrelas na noite quando já não existem mais. Green 1964, pensa igualmente, e considera que a "memória pode ser considerada em termos de modelos ou abstrações matemáticas, e é até concebível que o estado de memória em si seja algum tipo de abstração sem realidade tangível".

Conceituando a memória como um "estado" do cérebro que permanece além da estimulação sensorial e é capaz de induzir sua atividade subsequente, Green (1964, p. 561-608) enuncia que "[...] o estado de memória não é acessível à investigação direta no presente momento"; porém muitas de suas consequências, sim; incluindo os fenômenos "transacionais" pelos quais esse "estado" pode ser adquirido ou evocado.

De outra maneira conceitua Maurice Halbwachs (1990), que por sua vez destaca a memória como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. E destaca que enquanto fenômeno social a memória, pode ser entendida como a História, a tradição, a cultura de um povo. Pode, ainda, ser entendida como memória coletiva, aquela que ultrapassa a memória individual e biológica de um indivíduo por ser a memória de uma sociedade.

Para Halbwachs (1990), a memória está ligada aos mecanismos externos ou físicos de representação do conhecimento, ou seja, na concepção do autor:

“[...] se, aproximando várias consciências individuais podemos reposicionar seus pensamentos ou seus acontecimentos em um ou vários tempos comuns, é porque a duração interior se decompõe em várias correntes de pensamentos que têm sua origem nos próprios grupos (HALBWACHS 1990, p.128).

A comunicação compõe os mecanismos de permanência da memória. E contribui para que em tempos históricos distintos, a escolha por pontos de referências, seja, na verdade um “retorno periódico a alguns fenômenos materiais, a ocasião que nos oferecem, a nós e aos outros, já que os percebemos ao mesmo tempo, [...] para eles e para nós, uma relação de simultaneidade e, sobretudo que essa relação se produz a intervalos regulares” (HALBWACHS 1990, p.94)

Nas sociedades orais, a comunicação era realizada face a face, com o advento da escrita a memória foi transformada, e os fatos passam a ser registrados e comunicados através dos suportes de inscrição. Na sociedade da informação, caracterizada pelo extraordinário crescimento do uso das tecnologias digitais, há um novo estágio humano para produção e acesso ao conhecimento, o qual será “[...] escrito, publicado e distribuído; depois pode ser: contestado, cortado, comentado, ‘linkado’, reutilizado e, simultaneamente a tudo isso, novamente publicado e distribuído por meio da Internet” (SCHÖNINGER, 2009, p. 5).

A possibilidade do acúmulo de conhecimento proporcionada pela escrita como tecnologia “instrumentalizada” pela memória, possibilita a coexistência de múltiplas experiências e percepções, múltiplas “intenções”, com alcance que a tradição oral não poderia oferecer. A partir do conhecimento das experiências e percepções de outros, atravessamos as restrições de conhecer apenas através das nossas experiências e percepções, e passamos a relacionar nosso conhecimento/memória, com a do mundo.

Moreira (2005) manifesta que “A Memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado.” E que “A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de

fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto” (MOREIRA, 2005, p. 1).

As considerações de McGarry (1999) colaboram com o conceito de memória apresentado posteriormente por Moreira (2005) quando pronuncia a memória como elemento de permanência e conservação de uma cultura. Para este autor:

Permanência e conservação são essenciais para a continuidade de uma cultura. Para permitir que seres humanos se beneficiem do conhecimento e das aptidões de outros devemos dispor de algum tipo de sistema de armazenamento para transmitir esses benefícios através dos tempos. Precisamos do equivalente social de nossas próprias memórias, efetivamente, uma memória social ou cultural. Sem este mecanismo imprescindível cada nova geração teria que reaprender do início todos os conhecimentos e habilidades tão arduamente adquiridos por seus antepassados ao longo do tempo (MCGARRY, 1999, p. 63-64).

O conceito de memória apresentado por McGarry (1999) e Moreira (2005), corroboram com as assertivas de Halbwachs (1990) para quem a memória tem um trabalho fundamental, um trabalho do indivíduo, mas é também, e sempre, construída em grupo. “Segundo Halbwachs, uma semente de rememoração pode permanecer um dado abstrato, pode, ainda, formar-se em imagem e como tal permanecer ou, finalmente, pode torna-se lembrança viva.” (SCHIMIDT; MAHFOUD, 1993, p.288).

“Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, afirma Halbwachs (1990, p. 143). Segundo o autor, o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço. No caso de uma memória coletiva, entretanto, a resistência desse espaço não é a mesma da memória individual. O sentido de espaço de resistência para a memória, nos remete as noções que unem a concepção de patrimônio, como preservador de uma memória, e do espaço, como veiculador da mesma, geram o uso da categoria "lugares de memória" segundo descreve (Nora, 1984) e deve observar no espaço físico (material) o suporte para a formação de uma memória coletiva (imaterial).

Neste contexto, Nora (1984) escreve, lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações fundamentam-se em memórias da história.

Pensando desta forma e expandindo o debate a respeito da guarda memorial, pensadores como, Pierre Lévy (1993), Manuel Castells(1999), Luciano Floridi (2002), enxergaram falhas nas bases tradicionais do conhecimento e trouxeram reflexões sobre o reordenamento possível para os serviços que estão ligados as atividades de memória, como o comportamento de mediadores – arquivistas, bibliotecários, documentalistas, gestores de informação, designers de conteúdos multimídia e de utilizadores em especial.

Esta ligação entre a memória e os profissionais que trabalham com os suportes de registro do conhecimento aponta para sua característica universal e de acúmulo e, para o propósito real de ampliar a capacidade espacial da memória humana. Nesse contexto, o homem desenvolveu ferramentas auxiliares que funcionam como instrumentos de apoio à memória individual, estas ferramentas referem-se ao grupo das tecnologias de informação, que alteraram o processo de mediação do conhecimento difundido por suportes artificiais, condição que deu lugar a uma nova dimensão na cultura humana. Ribeiro (2012)

Nesse sentido, Lévy (1993) considera as tecnologias da informação e comunicação como extensões da nossa memória, e as apresentam como suportes que auxiliam à imaginação, ao raciocínio e à comunicação.

Em outra perspectiva, Barreto (1994, 2002) também levanta a questão da importância da informação em sua intrínseca relação com a consciência do homem e de seu grupo social, ao defini-la como instrumento modificador do estoque mental de saber do indivíduo.

Desta forma, a concepção da informação, como instrumento capaz de intermediar à reflexão histórica de uma sociedade norteará nossas considerações acerca da informação como mediadora dos processos de apreensão da realidade e das relações sociais. Nesse contexto, ao

abordar o valor que a informação representa para o desenvolvimento do indivíduo, de seu grupo, e da sociedade, é possível vislumbrar também o papel da Ciência da Informação (CI) como disciplina importante para o desenvolvimento social.

No âmbito da Ciência da Informação (CI), o tema memória encontra-se na base do próprio surgimento da CI (PINHEIRO,2005).

Conforme Galindo (2012):

Em CI, memória aproxima-se mais ao conotativo de estoque de informação, invocando a condição de registro memorial da herança cultural humana. A memória produzida ontem tem para a CI o mesmo valor como objeto de estudo que registros centenários, eleitos como representativos de interesse histórico ou patrimonial.

Uma das especificidades da memória é a busca da conexão entre o passado e o presente, da elevação da noção de continuidade que permite a sensação de estar ligado, de pertencimento. O que fundamenta o ordenamento dos acontecimentos para que façam sentido, e reflitam aquilo que foi experienciado e não de outra forma. Essas circunstâncias em que se vive no presente implicam na constante modelação e remodelação da memória, ou seja, significa dizer que a conjuntura do presente e, nela, a posição ocupada por pessoas ou grupos, pode ser favorável a algumas lembranças enquanto outras são esquecidas, provocando as nuances que caracterizam a memória como um fenômeno dinâmico e fluido.

Zygmunt Bauman (2007), analisa a sociedade contemporânea a partir da percepção das características do que ele define como “vida líquida” e “modernidade líquida”, e realça os traços de efemeridade e liquidez da sociedade pós-moderna, são características que manifestam a fluidez e a velocidade da sociedade contemporânea. O autor revela que numa sociedade que reuni esses atributos, as experiências passadas e a tradição acabam se tornando irrelevantes. O foco da sociedade vigente passa a ser a rápida incorporação de novos padrões, novas metas, enfim, a adesão à modernidade, torna-se mais do que desejável, a única forma de garantir sua continuidade.

Esse quadro, expõe uma situação ambígua, a qual caberia à Ciência da Informação atender, demandas de uma sociedade que valoriza o efêmero e a velocidade, em detrimento da permanência e, conseqüentemente, da construção de uma memória social. Para estas questões Oliveira e Rodrigues (2011, p. 313) assinalam:

A sociedade do efêmero, na qual se defrontam questões de ordem ideológica, ética, econômica e tecnológica, parece reforçar a necessidade de tornar explícitas as concepções de memória que permeiam o conhecimento produzido pela Ciência da Informação. Isto talvez ajude a entender o papel que a área pretende, ou deveria pretender desempenhar no processo social de construção da memória (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 313)

Na área da CI, (PRESSER e GONZÁLES 2017 Apud CHATMAN 1996, 1999, 2000) avaliam que as pesquisas da autora têm sido notáveis por explorar populações dentro de um contexto social, concentrando-se nas barreiras sociais do acesso à informação, delineando seu trabalho com conceitos e proposições que explicam suas observações. Uma das conclusões que os autores destacam são as considerações de Chatman de que as pessoas, na sua vida cotidiana, vivenciam as informações em resposta às suas necessidades e preocupações diárias e que as circunstâncias pelas quais as necessidades de informações são percebidas dependem do contexto no qual essas pessoas estão inseridas e das relações sociais que lá se estabelecem.

Presser e Gonzáles 2017 expõem ainda, como a ideia de que os outros têm uma influência no modo como nos comportamos em um ambiente social encontra apoio na descrição de cultura no âmbito da sociologia, apresentadas por Hall (2011) e Bauman (2012). Para os sociólogos, na medida em que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, elas adquiriram uma forma mais coletiva e mais social. Resultando no desenvolvimento de teorias para explicar o modo como os indivíduos são formados subjetivamente por meio de suas participações em relações sociais mais amplas.

Segundo Hall (2011, p. 31), essa subjetividade está relacionada a ‘internalização’ do exterior no sujeito e, ‘externalização’ no interior, que compreende suas ações no mundo social e, constituem a descrição sociológica original do sujeito moderno e estão compreendidas na teoria da socialização.

Nesse sentido, a função social da memória na construção e transmissão do conhecimento, parece não habitar no mesmo espaço da contemporaneidade segundo as percepções de Bauman (2007). O mesmo poderia ser dito de arquivos, bibliotecas e museus, as chamadas instituições de memória, socialmente legitimadas e compreendidas como espaços dedicados ao passado. De fundamental importância para as instituições de memória, é a concepção do tema memória como um bem humano capaz de sintonizar o homem com seu passado, e servir como matéria prima para construção do seu presente e futuro. Monteiro, Carelli e Pickler (2006), ao tratarem a memória como instrumento capaz de salvaguardar o passado, caracteriza a preservação como categoria mais utilizada pela Ciência da Informação no tocante à compreensão desse objeto memória.

### 3 CUSTODIALISMO: UM FENÔMENO SOCIAL DA INFORMAÇÃO

*“A memória não é sequer capaz de conservar todas nossas próprias ideias, e é muito importante que possamos conservar as de outros homens.”*

(ORTEGA Y GASSET, 2006, p.16)

O pensamento do filósofo espanhol Ortega y Gasset (2006), reflete a necessidade do homem de registrar e comunicar suas atividades ao longo da história, como forma de preservar sua memória e transmiti-la às gerações futuras. Ao ser definida como um valioso recurso, um bem humano capaz de salvaguardar o passado e contribuir para a construção do presente e do futuro, a memória é tratada por Ortega y Gasset (2006) como importante traço humano, matéria prima de desenvolvimento.

Para o filósofo, o homem se diferencia do animal por sua memória, pela comunicação às suas gerações ulteriores e pela capacidade destas de aprender com seus erros e acertos.

Os animais se defrontam a cada manhã com o fato de terem esquecido quase tudo o que viveram no dia anterior, e seu intelecto tem de trabalhar sobre um material mínimo de experiências [...] O homem, ao contrário, devido a seu poder de lembrar, acumula seu próprio passado, toma posse dele e o aproveita. O homem nunca é um primeiro homem: desde o início já existe a partir de um certo nível de passado acumulado. Este é o tesouro único do homem, seu privilégio e sua marca (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.16).

Ao longo da história da humanidade, esta necessidade de preservar a memória de um povo, como legado às gerações ulteriores, possibilitou a criação de inúmeros suportes, instrumentos e técnicas, todos capazes de possibilitar segurança no acúmulo e preservação da memória e sua transmissão às novas gerações. Nesta mesma perspectiva, da necessidade de guarda da memória de um povo, no intuito de evitar o seu esquecimento ou desaparecimento, e lembrá-la às gerações futuras, Silva e Ribeiro (2011) apresentam o paradigma custodial patrimonialista, historicista e tecnicista. Para estes autores, o paradigma custodial tem entre seus traços a sobrevalorização da guarda, conservação e restauro do suporte.

Ainda nos estudos de Silva e Ribeiro (2011) acerca dos “Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação”, os autores, através do contexto histórico da Documentação, da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia apresentam o paradigma Custodial como práticas custodiais de guarda de origem milenares nas bibliotecas, arquivos e museus, todas instituições que, segundo Gouveia Junior (2012), possibilitam ao homem a capacidade de se deparar com fontes e referenciais identitários que tanto validam quanto conferem sentido a suas práticas e costumes em sociedade.

No que toca a Ciência da informação Silva e Ribeiro (2011) declaram:

[...] a CI congrega em si a herança disciplinar advinda de um tempo ou paradigma (custodial e patrimonialista), em que a preocupação central foi a de localizar, ordenar, descrever e recuperar documentos/objetos físicos, que interessava guardar e proteger como bens patrimoniais valiosos e só potencialmente interessantes para alguns. Dentro deste espírito surgiram e consolidaram-se a arquivística, a biblioteconomia, a documentação, e até a museologia, que se mantêm, inevitavelmente, num estágio pré-científico, alcançando apenas a cientificidade através de uma dinâmica transdisciplinar constitutiva da CI (SILVA; RIBEIRO, 2011, p. 72).

Nesse sentido, o custodialismo se manifesta muitas vezes na forma de um extremado cuidado com as fontes que esconde, em alguns casos, um veto subliminar da autoridade arquivística ao acesso de documentos sob a justificativa de corrupção dos originais, outras vezes, se manifesta pela incúria disfarçada de curadoria.

Neste estudo, ao abordar a prática de custódia da memória, adota-se como quadro de referência o trabalho de Monteiro, Carelli e Pickler (2006) que advogam a divisão da memória em três temporalidades distintas, a oral, a escrita e a digital. A identificação do paradigma custodial nestas temporalidades, se faz necessário, visto que cada tipo de memória é distinto e nos oferece um valioso instrumento para examinar o passado.

Para sociedades ágrafas, o custodialismo justificava-se pela ausência de tecnologias de difusão e acesso aos bens da cultura, bem como o papel diferenciado que o conhecimento cumpria em sociedades pré-urbanas. Antigamente, a arte de contar histórias ocorria em meio a grupos sentados ao redor de uma fogueira e, dentre eles, um contador de histórias, narrando as histórias que passavam de geração em geração. Eram chamados de xamãs, griots, personas importantes na estrutura social da maioria dos países da África Ocidental, cuja função primordial é a de informar, educar e entreter. Contadores de histórias, mensageiros oficiais, guardiões de tradições milenares: todos esses termos caracterizam o papel dos Griots, que na África Antiga eram responsáveis por firmar transações comerciais entre os impérios e comunidades e passar aos jovens ensinamentos culturais, sendo hoje em dia a prova viva da força da tradição oral entre os povos africanos e era dessa maneira que os Estados locais apresentavam seus feitos.

Sem que a escrita se disseminasse, inúmeras narrativas orais foram produzidas nas sociedades e circularam, estruturando-se a partir dos valores e categorias da visão de mundo dos seus principais grupos sociais e contendo informações relativas ao saber adquirido e organizado em milhares de anos de observação dos fenômenos naturais e humanos. Histórias contadas e recontadas sem que se perdesse a informação original, um conhecimento sobre as origens do mundo, ou do grupo social, ou de uma prática medicinal, ou de uma técnica:

[...] na narrativa mítica, se ocultam informações que descrevem e explicam fenômenos físicos e humanos, observados, descritos e registrados com a diversidade cultural própria da espécie humana. Certamente, tanto quanto na sociedade contemporânea, essa estrutura intelectual foi capaz de criar novas formas de expressão do conhecimento, de criar possibilidades de transformação nos grupos e nas estruturas sociais (FREIRE, 2001, p.18).

Com o advento da escrita, a memória transforma-se e os fatos passam a ser registrados e inscritos em suportes, representando uma extensão da memória humana.

A partir deste momento, o percurso da oralidade para a escrita, o conhecimento torna-se disponível, passível de consulta e análise. Para Gouveia Junior (2012), esta ligação entre a memória e os meios de registro do conhecimento consolida a ideia de que registrar a memória em suportes materiais, levando à universalidade e ao acúmulo do conhecimento. Neste contexto, as possibilidades de se produzirem registros perenes de uma memória exterior à mente humana se dilataram significativamente.

Importa destacar que para as culturas com escrita, como a Egípcia e a Grega, os monumentos eram os próprios documentos, e o registro dos feitos era obrigatoriamente público para referendar a ação dos governos.

Nesse sentido, Silva e Ribeiro (2011) citando Marc Guillaume (2003) ilustram a noção cultural e política erigida no torno dos registros que compõem a identidade de uma determinada sociedade:

Mas a política do patrimônio não se reduz a hábeis efeitos de discurso e de ideologia, que exploram as angústias e as culpabilidades da época, permitindo um desenvolvimento real do aparelho de Estado sob a forma de um acréscimo de normas, instituições e novos dispositivos de segregação e controle do espaço. Ela tem a capacidade de mobilizar múltiplos grupos sociais cada vez mais ameaçados de anomia. Pois não é só a memória que está em perigo de se perder, é também a identidade. [...] A política do patrimônio é, pois, efetivamente, uma política no sentido mais tradicional da palavra, uma arte de apascentar o rebanho humano, hoje disperso e reconduzido ao campo tranquilizante de uma ficção: a de uma sociedade supostamente capaz de melhor do que outras, conciliar a continuidade com a mudança, a conservação com a criação (GUILLAUME, 2003).

A constituição dos arquivos e das bibliotecas correlaciona-se, de modo sumário, com a passagem do mundo da oralidade para o mundo da escrita, visto que essa transformação possibilitou a introdução de um novo elemento: o suporte. O Registro reificou a si mesmo como o símbolo do poder civil e do sacrário. Deste modo, as sociedades passaram a compreender o gregário à memória. Assim, a associação entre memória e conservação do poder chegou até nós. Sempre mediada por agentes delegados do poder que regulavam o acesso à informação a quem lhes interessava. O Levita, o arquivista, o bibliotecário, o notário são exemplos destes agentes que chegaram até nossos dias.

#### **4 FENOMENOLOGIA DA CUSTÓDIA**

Para Hurssel, a tarefa da fenomenologia é estudar a significação das vivências na consciência, voltar as coisas mesmas, e interessar-se pelo puro fenômeno, da forma como ele se apresenta à consciência, dando destaque à experiência vivida no mundo da vida (DARTIGUES 1992). Dartigues (1992), dirá que se trata de uma “individualidade genial”, ou seja, na fenomenologia, a filosofia tem a característica de uma **experiência comum**, com **temáticas que dizem respeito a todos**, em detrimento de visões particulares de mundo.

Nesse sentido, Locke (1988) alega que o conhecimento humano se coaduna com sua experiência e dela deriva o próprio conhecimento. O autor rompe com a crença de que o homem possui ideias inatas que se encontram em sua alma desde seu nascimento e expõe em seu ‘Ensaio acerca do entendimento humano’ a relevância da experiência para o conhecimento, ainda que sob o domínio da tradição cartesiana, onde a consciência é uma consciência própria, fruto de suas próprias ideias.

Desta maneira, a tarefa efetiva da fenomenologia será, pois, analisar as vivências intencionais da consciência para perceber como aí se produz o sentido dos fenômenos, o sentido desse fenômeno global que se chama mundo. Trata-se, para empregar uma metáfora aproximada, de distender o tecido da consciência e do mundo. (DARTIGUES, 1992, p. 22).

Portanto, a análise intencional como Husserl apresenta só é possível se a consciência suspende a crença ingênua, para se colocar como um desdobramento do campo original da intencionalidade, o que Husserl chama de atitude fenomenológica (DARTIGUES, 1992). Ou seja, na redução fenomenológica, é necessário analisar a realidade da vida cotidiana e separa-la do senso comum, abrindo espaço para um esforço de controle da mente de refrear os juízos e as opiniões naturais, sobrando, a “completude concreta do fluxo de nossa experiência que contém todas as nossas percepções, reflexões, em suma, nossas cogitações.” (SCHUTZ, 2012, p. 71).

Enquanto abordagem compreensiva que busca o desvelamento dos fenômenos na mente dos indivíduos, a fenomenologia pode oferecer na análise do fenômeno da custódia, a compreensão de interações sociais complexas, como as ocorridas nos processos de

armazenamento e uso da informação, revelando o cerne das ações que refletem o chamado paradigma custodial da Ciência da informação dentro de uma construção intersubjetiva.

Ajudando, desta maneira, na compreensão da informação não como um dado ou como uma coisa com significado fixo (BUCKLAND, 1991), e sim, como um processo, algo que será percebido de acordo com os sujeitos, de variadas formas (ARAÚJO, 2003; ARAÚJO, 2007). Dando a oportunidade de enxergar os processos por trás da informação, que estão fortemente ligados à perspectiva fenomenológica, que pelo viés dos fenômenos da consciência e dos objetos ideais existentes na mente tem o propósito de descobrir estruturas essenciais nos atos.

Diante do exposto, considera-se o paradigma custodial um fenômeno social, e como tal, Segundo L. A. Tckeskiss (1934) deve ser assinalado como síntese ou produto da atividade humana, a qual está relacionada a uma consciência humana. O autor (1934) explica que a complexidade do fenômeno social pode ser compreendida, pelo fato de estar interligado a aspectos da vida humana e dessa forma, está relacionado com todo organismo humano, que por sua vez submete-se a relações regulares e determinadas por leis.

Pela perspectiva fenomenológica, a custódia, se apresenta como um fenômeno constante das práticas organizacionais realizadas pelas instituições de memória, a praxe que envolve as atividades dentro dessas instituições, formam o exterior do corpo que constitui o paradigma custodial. Isto é, o intuito de preservação, salvaguarda e restrição de uma determinada informação perante uma comunidade, que inclui como prática, a salvaguarda da produção de registros que formam uma memória que é importante preservar, estoque de conhecimento que é enriquecido permanentemente, constituem as relações regulares que norteiam o fenômeno da custódia.

## **5 METODOLOGIA**

Para a fundamentação da análise proposta, a presente pesquisa construiu um quadro referencial teórico-metodológico baseado na bibliografia científica, que inclui textos filosóficos, históricos, míticos, literaturas da área da Ciência da Informação, ciências sociais e biologia. Essa etapa subsidiou o primeiro passo do roteiro investigativo da presente pesquisa, o qual contou com recursos de pesquisa documental e bibliográfica, através de levantamentos, seleção e análises de temas como: memória, informação, conhecimento, fenomenologia, custódia e pós-custódia informacional.

Sayão (2001) afirma, que na busca de novos esclarecimentos e conhecimento de novos fenômenos e eventos, o ser humano precisa recorrer à reflexão e ao conhecimento acumulado, através da formulação de hipóteses e da estruturação de modelos, além de identifica-los pelas sensações ou por manifestações imediatas. Para isto, primeiro é necessário compreender que há uma diversidade de estruturas, comportamentos e fenômenos residentes no nosso universo, depois selecionar aqueles de maior relevância para o problema objeto de investigação e elaborar para eles descrições adequadas. (SAYÃO, 2001, p. 82)

Além disso, para se obter "boas" respostas é preciso fazer-se "boas" perguntas. Essas afirmações justificam a técnica utilizada para a primeira etapa da presente pesquisa, a qual possibilitou o desenvolvimento de instrumentos de interrogação teoricamente embasados, precedidas por pesquisa bibliográfica e revisão de literatura sobre o tema da pesquisa.

A interação de técnicas de observação sistemática é corroborada pelas afirmativas de Bechker (1972), que afirma que a observação seria uma solução para o estudo de fenômenos complexos e institucionalizados, quando se pretende realizar análises descritivas e exploratórias ou quando se tem o objetivo de inferir sobre um fenômeno que remeta à certas regularidades, passíveis de generalizações.

A visão complexa observa os agentes causais de um dado fenômeno pondo à mostra as dobras do custodialismo, pouco ou nunca valorizado nas análises cartesianas. Assim, nossa metodologia premia a visão sistêmica e de conjunto que observa o fenômeno em seus meandros valorizando, para além dos dados, o homem e o contexto social que produz.

Para Johnson (2003), o processo de identificação e descrição do contexto aprimora a compreensão do processo do fluxo informacional e das várias forças que fazem parte da conjuntura que o afetam. No entanto, nesta pesquisa consideramos o contexto, não como a representação para as respostas que circundam o fenômeno da custódia, mas como um escopo de interação dinâmica e contínua.

## 6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Entende-se que a discussão da custódia é um tema que possibilita ampliar nossas concepções, acerca das querelas ligadas a memória e de reconhecer que as formas de organizar e representar o conhecimento implicam em elementos simbólicos cujo propósito seja a representação da memória.

Neste escopo, considerasse a custódia tanto dentro da dimensão individual da memória quanto da coletiva, como um elemento sintomatológico dos processos de apreensão do conhecimento. Em alguns aspectos, a compreensão da custódia pode vir a ser alcançada mediante as práticas culturais de um grupo ou comunidade.

A fenomenologia da custódia, do ponto de vista dessa discussão, se configura como um dispositivo articulador, capaz de avaliar como a memória transita ao longo do tempo entre abordagens custodiais e pós-custodiais. Dentro da abordagem fenomenológica, as práticas informacionais, são apresentadas como um processo resultante de uma ação socialmente partilhada através de apreciação e emancipação, desenvolvidas em correlação durante produção, transferência, aquisição e significação por parte dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M.L.; MARTINS, M.H. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.

ANDRÉ, F. **Libre Accès aux savoirs**. Paris: Futuribles, Perspectives, André-Yves Portnoff, 2005, 72p.

AZEVEDO NETTO, C. X. Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-pb. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 169-169, 2010. Acesso em: 10 set. 2018.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no Ensino de Arte: anos oitenta e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva /Ichope, 1991, 134 p.

BARRETO, A de A. Questão da Informação. **Em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, n. zero, dez. 1999. Disponível em: Acesso em: 03 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. A condição da informação. **Em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. A estrutura do texto e a transferência da informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 6, n. 3, Jun, 2005. Disponível em: Acesso em: 20 Mar. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BELKIN, N.J. Cognitive models and information transfer. **Social Science Information Studies**, n. 4, 1984.

BELTRÁN, Antonio. **Revolución Científica, Renacimiento e Historia de la Ciencia**. Madri: Siglo XXI de España Editores S. A., 1995.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRAMAN, S. Defining information: an approach for policymakers. **Telecommunications Policy**, v. 3, n. 13, set. 1989.: Acesso em: 23 jul. 2018.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Acesso em: 10 mar. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELNOU, A.M.N. Cidade e Natureza: Uma introdução ao Tema. **Impulso**, Piracicaba, v.17, n. 44, p. 17- 30, 2006.

CASTRO, C. A. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “o nome da rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 4, n. esp., p. 1-20, 2006. DOI: Acesso em: 06 Jun 2019.

CHAGAS, M. de S. **Casas e portas da memória e do patrimônio**. 2005.

CHALMERS, Alan F. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Unesp, 1994.

CHAPOUTHIER, G. Registros evolutivos. **Viver Mente & Cérebro**, 2005.

CHATMAN, E. A. Framing social life in theory and research. **The New Review of Information Behaviour Research**, London, v. 1, p. 3-17, Dec. 2000.

CHATMAN, E. A. The impoverished life-world of outsiders. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 47, n. 3, p. 193-206, 1996.

CHATMAN, E. A. Theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 50, n. 3, p. 207–217, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CORRÊA, A. A. Longuedurée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 65 n. 2, abr./jun., 2013.

COUTINHO, I. O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo. **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo**, v 1, n. 1, jan./jun. 2004. Acesso em: 01 jun. 2019.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio – O papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 34 / 2012, p.79-90.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

DECLARATION OF BETHESDA. Disponível em: . Acesso em 16 jul. 2019.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

Dias, P. M. *et al.* **Uma Visão da Comunidade Científica Brasileira com Publicações em Periódicos de Acesso Aberto**, Barcelona, E-Lis, 2019. Disponível em Acesso em 27 jul. 2019.

ECO, U. **O Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

ESTANQUE, Elísio. **A Classe Média. Ascensão e Declínio**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos/Relógio d'Água, 2012.

FENOMENOLOGIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Acesso em: 17 jul. 2019.

FLORIDI, L. What is the Philosophy of Information? **Metaphilosophy**, Nova Iorque e Oxford, v. 33, n, 2002.

FRANÇA, V. R. V. Teoria(s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos. **Rev. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 138-152, 1994.

\_\_\_\_\_ (2001). O objeto da comunicação/a comunicação como objeto. In: Hohlfeldt, A.; Martino, L.; França, V. (orgs). **Teorias da comunicação: escolas, conceitos, tendências**. Petrópolis: Vozes, p. 39-60.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa, PB**. 2008. 139 f Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FREIRE, I. M. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2001.

FURNIVAL, A. Ch. M.; SILVA-JEREZ, N. S. Percepções de pesquisadores brasileiros sobre o acesso aberto à literatura científica. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 2, 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, M. de A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2002.

GALINDO, Marcos. **Tragédia da Memória**. Recife: Massangana, 2005.

GOUVEIA JÚNIOR, Mário; GALINDO, Marcos. Sistemas memoriais como disseminadores de informação. **Transinformação**, Campinas, p. 207-217, set/dez. 2012.

GOUVEIA JUNIOR, Mário. Segurança ou Liberdade? O pensamento de Bauman e as relações de mediação nos Sistemas de Informação. **Prisma.Com**, Aveiro, v.24, p. 3-16, 2014. Acesso em: 12 dez 2018.

GREEN, J. D. 1964. The hippocampus. **Physiol. Rev.**, 44: 561-608.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HOLANDA, Lourival. **Memória: multiplicidade e permanência**. 2012. Acesso em: 10 jan. 2019.

HJØRIAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in informationscience: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, 1995.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

[INTERDITOR]. In: Dicionário inFormal, Dicionário Online de Português. Acesso em: 01/07/2019.

IZQUIERDO, Iván Antonio. **Memórias**, v.3, n.6, São Paulo, maio/ago,1989.

IZQUIERDO, I., MYSKIW, J., BENETTI, F., & FURINI, C. R. Memória: tipos e mecanismos – achados recentes. **Revista USP**, n. 98, p. 9-16, 2013.

LA FONTAINE, H., OTLET, P. La vie internationale et l'effortpoursaorganization. **La VieInternationale**, v. 1, n. 1, 1912.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida do laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará,1997.

LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. são Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E., MARCONI, M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

LE COADIC, Yves François. **As primeiras disciplinas. A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5.ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos, CALDEIRA, Paulo da Terra, MACEDO, Vera Amália Amarante (Orgs.). **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG,. 414 p. 1998. p. 347-366.

LETA, J. et al. Artigos em Periódicos de Acesso Aberto: um Estudo com Pesquisadores Bolsistas de Produtividade do CNPq. **ReCiis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. v. 11. (suplemento). 2017.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

KAMPF C. Acesso aberto ao conhecimento científico tem apoio crescente de cientistas. **Comciencia**, n.139, p.1-5, 2012; Acesso em: 12 jul. 2019.

MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia científica**: caminhos da ciência e da tecnologia. São Paulo: Ática, 2005.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MANGUEL, Alberto. **Uma história natural da curiosidade**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARCHIORI, P. Z. De “o nome da rosa” ao “o código da vinci” verdade, mentira, autoritarismo e individualismo na disseminação da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 4, n. esp., p. 41-55, 2006. Acesso em: 07 jun. 2019.

MARTELETO, R.M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ciência da Informação**, v.16 n.2, p.169- 80, jul./dez. 1987.

MACLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2001.

MACEDO, Tony Bernardino de. **Fenômeno social do esquecimento na perspectiva da ciência da informação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

McHENRY, H.M. **Evolution: The First Four Billion Years**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

MALHEIRO, Armando. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**. Porto: Edições Afrontamentos, 2006.

MERTON, R. **The sociology of science**. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

MERTON, R. K. Os imperativos institucionais da ciência. In: DEUS, J. D. (Org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 37-52.

MEMÓRIA. DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <[www.uol.com.br/michaelis](http://www.uol.com.br/michaelis)>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MONTEIRO, S.; CARELLI, A.; PICKLER, M. E. Representação e memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 115-123, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a11.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MOSLEY, M.; LYNCH, J. **Uma história da ciência: experiência, poder e paixão**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NATURE, n. 1, 4 novembro 1869. Disponível em <http://www.nature.com/nature/about/first/> Acesso em 20 de maio de 2019.

NORA, Pierre. **Leslieux de memória**. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1. p. 311-328, 2012. Acesso em: 20 dez. 2018.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAEPER, W.; SMITH, L. (2001). **Introdução ao estudo das idéias: religião e filosofia no passado e no presente**. São Paulo: Loyola.

RIBEIRO, L. M. Reflexões sobre o resguardo da memória científica do INPE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 14, Salvador, BA. [Anais eletrônicos...] Salvador, 2006. Artigos, p. 15. Disponível

em:<<http://mtcm16.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtcm16@80/2006/10.31.16.16/doc/Marciana.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RIBEIRO, F. do C. **Análise de risco**: uma metodologia a serviço da preservação digital. Recife, 2012. 285 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

RIBEIRO, F. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. In: ENCONTROS DO OUTONO – MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO – BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS, 4., Vila Nova de Famalição, Casa das Artes, 2001.

RIOS, FÁBIO. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013. Acesso em: 10 fev. 2019.

SANTOS, Jose Henrique. **O trabalho do negativo**: ensaios sobre a Fenomenologia do espírito. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

SANTOS, Valéria S.; LIMA, Marcos G.; SOARES, Sandra V. Informação e memória arquivística: o custodialismo e outras discussões paradigmáticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2015, **Anais...**

SAYÃO, L.F. Modelos teóricos em ciência da informação – abstração e método científico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, p. 82-91, 2001

SCHIMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v.4, n.1/2, p. 285-298, 1993.

SHAPIN, Steven. **La revolución científica**: una interpretación alternativa. Barcelona: Paidós, 2000.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar. 2011.

SILVA, Francismary A. da. **Historiografia da revolução científica**: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin. Dissertação (Mestrado em História), Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SILVA, G. J. da. **História Antiga e usos do passado**: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o Regime de Vichy (1940-1944). 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

STRINGER, C.B. **The Cambridge Encyclopedia of Human Evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SUAIDEN, Emir. Dimensão e perspectivas sociais do acesso livre à informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, maio/ago. 2006.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, Oxford, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.